

PEC da Transição avança no Senado

Texto foi aprovado no plenário, em dois turnos, e segue para a Câmara



Rodrigo Pacheco (ao centro) conduziu a sessão de votação

O Senado aprovou ontem à noite, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que eleva em R\$ 145 bilhões o teto de gastos – regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação – pelo período de dois anos, em 2023 e 2024, para o pagamento do Bolsa Família. O texto também permite gastos extras fora do teto de até R\$ 23 bilhões mediante receitas extraordinárias, o que eleva a estimativa de impacto fiscal da proposta para R\$ 168 bilhões.

No primeiro turno, 64 senadores votaram a favor (eram necessários 49 votos) e 16 foram contrários. No segundo, o placar foi de 64 a 13. Agora, o texto segue para a Câmara dos Deputados.

A PEC é a principal aposta do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para cumprir promessas de campanha, como a manutenção do Bolsa Família em R\$ 600 e a concessão de parcela adicional de R\$ 150 por criança de até seis anos. Além disso, Lula quer garantir aumento real do salário mínimo e recompor verbas no orçamento de 2023 para programas como o Minha Casa, Minha Vida, o Farmácia Popular e a merenda escolar.

Na terça-feira, a PEC só foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado após o senador Jaques Wagner (PT-BA) anunciar, em nome de Lula, um acordo para reduzir a ampliação do teto de gastos de

R\$ 175 bilhões, como estava previsto no parecer inicial do relator, Alexandre Silveira (PSD-MG), para R\$ 145 bilhões. Além disso, o PT se comprometeu a enviar ao Congresso até agosto projeto de lei complementar com nova proposta de regra fiscal para substituir o teto de gastos. O texto também deixou fora do teto de gastos até 6,5% de receitas extraordinárias já neste ano, o que pode chegar a R\$ 23 bilhões, e o que abre brecha para desbloquear as emendas do orçamento secreto ainda em 2022, assim como verbas para o governo Bolsonaro honrar despesas do final de mandato.

Emenda

No plenário, o relator rejeitou emenda encabeçada pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) que pedia ampliação menor do teto, de R\$ 145 bilhões para R\$ 100 bilhões, e a redução do prazo de validade da medida, de dois anos para um ano. Os aliados de Lula conseguiram barrar a investida de opositores ao governo eleito para desidratar ainda mais a PEC, após uma operação que envolveu o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e a senadora Simone Tebet (MDB-MS), que integra a equipe da transição.

Para tentar viabilizar a aprovação da PEC no Senado, Silveira

acatou uma série de emendas, entre elas, uma que garante o pagamento do vale-gás a famílias de baixa renda em 2023 sem necessidade de compensação fiscal. Outras retiram uma série de despesas do teto de gastos, como despesas das instituições federais de ensino e da Fundação Oswaldo Cruz custeadas por receitas próprias, de doações ou de convênios celebrados com demais entes da Federação ou entidades privadas.

Com as novas exceções, tornou-se uma incógnita o quanto de despesas ficará fora do teto, dificultando o cálculo real impacto da PEC. O texto aprovado também amplia o poder do Congresso sobre a alocação de recursos no orçamento do ano que vem ao permitir que as comissões permanentes solicitem ao relator-geral do orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), a destinação de recursos que ficarão livres na Lei Orçamentária Anual (LOA).

A expectativa é de que o texto seja analisado pela Câmara na semana que vem. Segundo deputados do PT, há acordo com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), para que a proposta seja apensada a outro texto que esteja pronto para ir a plenário – ou seja, sem passar por comissões. Na Câmara, é necessário o apoio de 308 dos 513 deputados, em dois turnos. Lira já sinalizou que pode pautar a votação na próxima quarta-feira.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Contas Públicas **Página:** 7